



ANS



- Princípios e Valores -
- Firmeza e Dignidade -

O descontentamento manifestado pelos Sargentos das FFAA, no passado dia 19 de Dezembro, consubstanciado pela voluntária ausência ao almoço, nas unidades e serviços dos três ramos das FFAA, a nível nacional, contou com a inequívoca compreensão e total solidariedade das ANS, perante as razões desse mesmo descontentamento e a total incompreensão que grassa entre os militares quanto ao permanente adiar das soluções urgentes e inadiáveis para problemas estruturais de carreiras e do sistema retributivo, bem assim como os da justiça, disciplina e do exercício de direitos básicos de cidadania, em devido e oportuno tempo apresentados em sede do MDN e na pessoa do próprio Ministro da Defesa, Dr. Júlio de Castro Caldas.

A ANS, que sempre defendeu e defende que os problemas sócio-profissionais dos militares devem ser abertamente reconhecidos, equacionados, discutidos, negociados e resolvidos em sede própria e entre as partes justamente reconhecidas como interlocutores válidos - a saber, o Governo e as Associações representativas dos militares, lamenta uma vez mais, que o clima de inércia e inoperância do Governo, leve a atitudes como esta, assumida pelos militares no seu todo e pelos Sargentos em particular, mas compreende a justeza deste desabafo e sublinha o estrito rigor e disciplina com que o mesmo decorreu, sem que do qual se possam tirar quaisquer ilações, que possam ter como objectivo a afronta às chefias e à hierarquia, ou mesmo o simples protesto pelo protesto contra o Governo, mas antes o abanar da consciência colectiva de quem tem a responsabilidade de interpretar os sinais de mau-estar que são por demais evidentes.

A adesão de mais de 95% dos Sargentos de Portugal à iniciativa, que ficou para a história conhecida como "*Operação Filhós*", obrigou o Primeiro-ministro a tornar público, no passado dia 23 de Dezembro, a criação duma *Comissão Inter-ministerial*, coordenada pelo Ministro da Defesa Nacional e composta pelos Ministros das Finanças, da Administração Interna e da Reforma Administrativa, com o objectivo de elaborar uma proposta de correcção de distorções do sistema retributivo dos militares.

Este anúncio público do Primeiro-ministro tem, para já, um mérito - o de reconhecer a existência inequívoca de problemas graves ao nível do sistema remuneratório dos militares - e com isso, reconhecer também a justeza do nosso desabafo/protesto. Só que os problemas específicos que levantámos carecem de resolução rápida, e para eles, a ANS

apresentou já, em devido tempo e em sede própria as correspondentes, justas e exequíveis soluções.

Para quê então a criação desta *Comissão Inter-ministerial*? Não será esta uma mera operação dilatatória, com o objectivo de nada resolver?... Porquê a referida Comissão só ter como função a elaboração de uma proposta de correcção de distorsões do sistema remuneratório, ignorando as questões de carreira, não menos fundamentais? Pensará o Primeiro-ministro que os Sargentos de Portugal têm os seus valores, direitos e dignidade à venda?

Os problemas, distorsões e injustiças provocados pelo sistema retributivo dos militares e os constrangimentos nas suas carreiras, remontam à sua origem, ou seja, a 1990. Tem demonstrado a vida, desde então, que diversas tentativas para os solucionar, redundaram sempre em fiasco, em más soluções, não outras tantas, em agravamento do que se pretendia solucionar, e isto porque teimosamente se marginalizou o contributo e a disponibilidade, nunca regateadas, pela ANS.

O anúncio agora feito pelo Primeiro-ministro, deixa entender, apesar do laconismo, que uma vez mais assim será - as associações de militares irão de novo ficar de fora e a teimosia marginalizadora continuará a imperar.

Apetece-nos, neste momento, recorrer à velha sabedoria popular - "*O pior cego é aquele que não quer ver*". Apetece-nos reafirmar, uma vez mais - desiludam-se todos aqueles que pensam ser possível iludir-nos com paliativos e manobras dilatórias: - em devido tempo (mais cedo do que tarde) exigiremos as devidas responsabilidades e consequências do anúncio ora feito.

Aproxima-se a passos largos a gloriosa data do 31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento - que, como nos últimos anos iremos comemorar em várias cidades do país. A ANS exorta todos os camaradas a fazerem destas comemorações uma grandiosa jornada de unidade, coesão e determinação em torno da defesa dos nossos direitos e aspirações sócio-profissionais.

A ANS continua confiante na inquestionável verticalidade de todos os seus camaradas, Sargentos dos três ramos das FFAA, e manifesta-se disposta a continuar intransigentemente a defender, por todas as vias legais, a melhoria das condições de vida dos militares em geral, e o absoluto respeito pelo seu particular estatuto de combatente e cidadão em uniforme.

Lisboa, 09 de Janeiro de 2001

A Direcção